

RELAÇÕES ENTRE MULHERES BRANCAS E NEGRAS NO MOVIMENTO BANDEIRANTE (1940-1948)¹*Daiane Alves de Brito²*

RESUMO: Este artigo analisa as relações entre mulheres brancas e mulheres negras no interior do Movimento Bandeirante, grupo de educação não formal advindo do Escotismo, organizado de e para mulheres burguesas, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1919 e direcionado ao público feminino até a década de 1960. O argumento condutor é que em razão das características desse grupo, a presença de mulheres negras foi inexpressiva, o que resultou no protagonismo das mulheres brancas. Através da análise do impresso "Bandeirantes", meio de comunicação e ferramenta de difusão do movimento, é possível observar como as mulheres negras eram retratadas nas poucas vezes em que apareceram naquelas páginas. Para refletir e discutir sobre a questão proposta, o texto tem como suporte teórico a literatura de pensadoras feministas negras, destacando-se a categoria de mito da democracia racial de Lélia Gonzalez (2020) ancorada em proposições de Sueli Carneiro (2019) sobre a mulher negra na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Bandeirantes; Pensadoras feministas negras; Mulher negra; Mito da democracia racial; Movimento Bandeirante.

WHITE WOMEN'S RELATIONS WITH BLACK WOMEN IN THE BANDEIRANTE MOVEMENT

SUMMARY: This article analyzes the relationships between white women and black women within the Bandeirante Movement, a non-formal education group arising from Scouting, organized by and for bourgeois women, founded in the city of Rio de Janeiro in 1919 and aimed at a female audience until the 1990s. de 1960. The guiding argument is that due to the characteristics of this group, the presence of black women was inexpressive, which resulted in the protagonism of white women. Through the analysis of the print "Bandeirantes", a means of communication and a tool for transmitting the movement, it is possible to observe how black women were portrayed in the few times they appeared on those pages. In order to reflect and discuss the proposed question, the text has as theoretical support the literature of black feminist thinkers, highlighting the myth categories of racial democracy by Lélia Gonzalez and the condition of black women in society from Sueli Carneiro.

KEYWORDS: Girls Scouts; Black feminist thinkers; Black woman; Myth of racial democracy; Bandeirante Movement.

Introdução

O Movimento Bandeirante foi fundado no ano de 1919 na cidade do Rio de Janeiro. Sendo o Movimento Escoteiro direcionado ao público masculino, o Bandeirantismo, como também é conhecido, foi exclusivo para o público feminino desde a sua fundação até a década

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- Brasil.

² Mestranda em educação no PROPED da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: daianeadebrito@gmail.com

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

de 1960. A partir desse período, a coeducação³ começou a ser implementada de maneira progressiva, sendo um dos resultados das mudanças estruturais que ocorreram neste período. O Movimento Bandeirante⁴ existe até os dias atuais, mantém a coeducação e recebe crianças, jovens e adultos.

O objetivo do presente ensaio é analisar as relações entre mulheres brancas e negras no Movimento Bandeirante. A proposta é, a partir da discussão desenvolvida por Lelia Gonzalez (2020) sobre o mito da democracia racial e a condição da mulher negra por Sueli Carneiro (2019), problematizar as relações ou a ausência dessas relações no referido movimento. O problema é apresentado pela característica do grupo ser de maneira predominante de e para mulheres brancas, com a falta de destaque e representação de mulheres negras no movimento. Em um primeiro momento de pesquisa, não consegui identificar a presença de mulheres bandeirantes negras, cogitei a possibilidade de uma ausência.

A partir da análise de impressos em acervo próprio, localizei duas meninas negras na capa do impresso de junho de 1945 e uma companhia de bandeirantes só de meninas negras em uma reportagem desse mesmo volume do impresso. Na capa do impresso de outubro de 1945 há uma mulher negra e, por fim, em uma seção do impresso de agosto de 1946 há um desenho de uma mulher negra cozinheira. Além das análises de impressos do meu acervo próprio, coletei dados no acervo da Biblioteca Aracy Muniz Freire na Federação de Bandeirantes do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, lá localizei em fotos de arquivos pelo menos três mulheres negras. Porém, não consegui identificar os nomes dessas mulheres.

De maneira inicial, não havia direcionado o meu olhar de pesquisadora para o fato de que no Movimento Bandeirante predominava a presença de mulheres brancas e de famílias abastadas no período pesquisado. A partir do aprofundamento no estudo de pensadoras negras feministas, o meu horizonte teórico e metodológico foi ampliado e direcionei a pesquisa para a investigação de mulheres negras que foram bandeirantes.

É pertinente situar o Movimento Bandeirante, sendo assim, de maneira breve apresento sua história. O movimento foi criado na Inglaterra no ano de 1909 por Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, um tenente-general britânico que também foi o fundador do Movimento Escoteiro (BRASIL, 2008). Devido à popularidade do Escotismo, não foram apenas rapazes

³ Coeducação é a educação conjunta para pessoas do sexo feminino e masculino. No Movimento Bandeirante a coeducação foi sendo adotada de maneira progressiva a partir da década de 1960, neste período ocorreram reformulações no movimento. Mariella Fellini em sua dissertação de mestrado, *O Movimento Bandeirante entre tensões e contradições: a reformulação institucional de 1968* (2017), analisou a reestruturação movimento. O trabalho de Mariella possibilita compreender e aprofundar a questão da coeducação no Movimento Bandeirante.

⁴ <https://www.bandeirantes.org.br/>

que se interessaram em fazer parte desse movimento. Assim, no ano de 1909 em uma reunião escoteira no Palácio de Cristal da Inglaterra, moças uniformizadas se apresentaram a Baden-Powell e disseram “que queriam ter a oportunidade que os meninos estavam tendo” (BRASIL, 2007, p. 49). O pedido foi aceito e, então, foi proposto um “movimento irmão escoteiro com os mesmos princípios, mas que estivesse de acordo com as necessidades, possibilidades e interesses das meninas e moças naquele momento. (*Ibidem*)”

O movimento inglês foi nomeado *Girls Guides*⁵ e Baden-Powell pediu ajuda de sua irmã Agnes Baden-Powell para a criação desse movimento. Agnes foi a responsável por criar o primeiro livro das *Girls Guides: The Girl Guide Handbook or How Girl Can Help to Build the Empire*⁶. O livro com características de manual foi trabalhado por Agnes e sua cunhada Olave Baden-Powell na criação do método bandeirante, que teve papel importante na expansão do movimento inglês

Em 1912, o movimento inglês foi oficializado a partir da fundação da Associação Mundial das *Girls Guides*, tendo Agnes Baden-Powell como a primeira presidente. Em um contexto de pós Primeira Guerra Mundial, Olave enviou uma carta ao Brasil através de um amigo, Sr. Willian Barclay que estava viajando de Londres para a cidade do Rio de Janeiro. A carta enviada continha a proposta da fundação do *Girls Guides* no Brasil. Barclay entregou a carta nas mãos de May e Alexander Mackenzie, que a repassaram para a família Lynch (BRASIL, 2008). A Sra. Adéle Lynch, no dia 30 de maio de 1919, promoveu uma reunião em sua casa com a presença da Sra. May Mackenzie que já havia participado do movimento inglês, e Jerônima Mesquita, que conheceu o movimento escoteiro na Europa e trabalhou como enfermeira na Primeira Guerra Mundial. Após esse primeiro momento de organização do movimento brasileiro, foi criado o I Conselho Diretor da Associação *Girls Guides* do Brasil.

De maneira oficial, em 13 de agosto de 1919, foi fundado o Movimento Bandeirante no Brasil. Uma cerimônia aconteceu na casa de May Mackenzie, em Copacabana, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Nesta cerimônia, a Promessa com as 11 primeiras brasileiras Bandeirantes foi realizada. A bandeirante chefe desse primeiro grupo foi Jerônima Mesquita e, por meio dela, foi solicitado ao professor Jonathas Serrano um nome brasileiro para o movimento, “(...) este buscou na história do Brasil o sentido dos pioneiros, isto é, dos desbravadores, daqueles que vão à frente e abrem caminhos. Assim, o nome escolhido estaria adequado à ideia original de Baden Powell” (BRASIL, 2008, p. 60). Bandeirantes foi o nome escolhido por significar

⁵ Meninas Guias traduzido para o português.

⁶ O Manual das Girl Guides ou Como podem as Meninas Ajudar a Construir o Império traduzido para o português de acordo com o livro Chama Acesa – o livro do bandeirante (2008)

“aqueles que abrem caminhos”, sendo mencionada uma associação com os desbravadores brasileiros. Cabe destacar que a menção à nomenclatura “desbravadores” foi dada aos bandeirantes paulistas que foram responsáveis, por exemplo, pela destruição do Quilombo de Palmares. O primeiro nome do movimento brasileiro foi Associação *Girls Guides* do Brasil, o segundo foi Federação Brasileira da *Girl Guide* (BRASIL, 2008) e por fim, por escolha do professor Jonathan Serrano, o nome Federação das Bandeirantes do Brasil.

Em relação às características do movimento, ele era exclusivo para o público feminino e com um fim específico: educar e formar as integrantes para serem bandeirantes. Havia um modelo e um papel de mulher esperado para ser exercido por uma bandeirante, baseado por três orientações: promessa, código e lema. A promessa era feita quando a menina entrava para o movimento e a partir daí ela precisava seguir as 10 orientações do Código Bandeirante e o lema *Semper Parata*, expressão vinda do latim que significa estar pronta/servir é o lema até os dias atuais.

Um meio de comunicação e ampliação do Movimento Bandeirante foi o impresso⁷ *Bandeirantes*. A análise de alguns volumes desse impresso no período pesquisado neste trabalho, aos quais tive acesso através de acervo próprio e do acervo da Biblioteca Aracy Muniz Freire da Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB), integra o objetivo do presente artigo. Dessa forma, além da introdução e considerações finais, o artigo está dividido em duas seções. A primeira traz a discussão sobre os conceitos de mito da democracia racial e a mulher negra na sociedade brasileira a partir das das pensadoras negras feministas Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2019) para levantar reflexões sobre as relações entre mulheres brancas e mulheres negras a partir do Movimento Bandeirante. Na segunda, apresento a contribuição da análise do impresso *Bandeirantes* por meio de imagens que ilustram como as mulheres negras eram representadas das poucas vezes em que tiveram espaço nas páginas do impresso relacionando com os conceitos discutidos na primeira seção.

Mito da democracia racial e a mulher negra na sociedade brasileira: pensando relações

De acordo com Sueli Carneiro (2019), ao falar de mulheres, devemos nos perguntar sempre de que mulheres estamos falando. Em relação a este trabalho, as mulheres bandeirantes eram de maneira predominante brancas e pertencentes a elite carioca. Dessa forma, diante das características desse grupo, investigo onde estavam as mulheres negras nesse movimento e

⁷ A escolha do termo impresso foi feita porque o mesmo, ao longo de sua existência como veículo de comunicação do Movimento Bandeirante, teve modificações em seu formato. De 1927 a 1931, foi jornal, a partir de 1932 passou a ser em formato de revista e na década de 1980 retornou ao formato de jornal.

informações sobre essas mulheres. Dessa forma, para introduzir a discussão proposta neste capítulo, destaco a categoria de gênero que perpassa diferentes áreas do conhecimento e, sendo assim, está inserida em um campo interdisciplinar. Ao escrever sobre sexo e gênero no Dicionário crítico feminista, Nicole-Claude Mathieu (2009, p. 222), diz: “De modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (*gender*, em inglês), que é social.” E complementa descrevendo como as sociedades humanas construíram uma diferenciação biológica e define gênero:

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, *sobrevalorizam* a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. (MATIEU, 2009, p.223)

Observa-se assim que gênero está relacionado a construções sociais que ocorrem a partir da cultura, sendo assim, podemos refletir que de uma cultura para outra, papéis e identidades de gênero podem variar. Gayle Rubin destaca gênero como “uma divisão dos sexos imposta socialmente” (RUBIN. 2017, p.27). Essas são algumas definições que são pertinentes para este artigo, tendo em vista o quão diverso são os estudos de gênero, cabe aqui destacar apenas algumas.

Indo de acordo com a categoria gênero, trago para discussão como as relações sociais atribuídas ao gênero vão se diferenciar, tanto entre o feminino e o masculino, quanto dentro do feminino, sendo essas atribuições feitas de maneiras diferentes para mulheres brancas e para mulheres negras. No período pesquisado, assim como até os dias atuais, apesar de ter ocorrido muitas mudanças na sociedade, a diferença de papéis sociais de mulheres brancas e mulheres negras são evidentes. Esses papéis estão atrelados às discussões teóricas propostas sobre condição da mulher negra por Sueli Carneiro (2019) e mito da democracia racial por Lélia Gonzalez (2020).

Sueli Carneiro em *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* (2019), escreve sobre como no Brasil e na América Latina a violência colonial praticada contra as populações negras e indígenas, tem marcas até os dias atuais e está diretamente ligada a construção de identidade nacional. Segundo Sueli Carneiro,

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça, instituídas no

DOSSIE “HISTÓRIA A CONTRAPELO”

período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres. (CARNEIRO, 2019, p. 301)

É possível observar diante do que a autora aponta, a construção de um imaginário social no Brasil, advindo da colonização, de que não há diferenças de relações entre pessoas brancas e negras, a suposta ordem social democrática está diretamente relacionada ao “mito da democracia racial”. A autora ainda destaca a fragilidade feminina como justificativa para o cuidado de caráter paternalista dos homens com mulheres, porém, a mulher frágil do imaginário social a partir do senso comum, não é uma mulher negra. Sojourner Truth (1863), nascida escrava em Nova York, proferiu um discurso na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio nos Estados Unidos no ano de 1851 e questionou

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)

De acordo com o discurso proferido por Truth, é perceptível que em diferentes períodos da história das mulheres esse questionamento sobre as diferenças de papéis direcionados para mulheres negras e brancas são diferentes. O “ser mulher” não é o mesmo para todas e a expectativa social construída e reforçada desde a colonização, é de que as mulheres negras estejam em um lugar social subalternizado, tendo em vista o que Sueli Carneiro destaca:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas. (CARNEIRO, 2019, p. 301)

A hipótese nesse artigo é que a construção do país, a partir da colonização, trouxe uma falsa ideia do Brasil ser um país diverso, miscigenado e sem desigualdades sociais. Sendo assim, foi criado um imaginário social de uma sociedade racialmente harmônica, sem preconceito e racismo. É possível que essa construção tenha refletido nos grupos de mulheres que pertenciam à classe alta da sociedade, como o Movimento Bandeirante. Apesar de ser um

grupo que estimulava as mulheres a se movimentarem e a buscarem rumos diferentes do que era esperado para época, isso ainda era um privilégio de mulheres brancas. Sendo assim, o não aparecimento e destaque de mulheres negras está de acordo com o contexto social da época.

De encontro com o que Sueli Carneiro aborda, Lélia Gonzalez, contribui com discussões importantes sobre gênero, raça e classe em seus diversos trabalhos. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020), Lélia aborda o mito da democracia racial e se propõe a responder de maneira direta e distante da linguagem academicista, como chegamos no Brasil à crença da existência de uma democracia racial e ao lugar que a mulher negra ocupou na configuração da sociedade pós-abolição.

Lélia apresenta, na epígrafe, um evento promovido por pessoas brancas para falarem sobre as pessoas negras. No decorrer do evento, uma pessoa negra que está incomodada com alguns acontecimentos no local começa a falar ao microfone. Uma confusão se arma porque as pessoas brancas não gostam do que as pessoas negras estão reclamando. A festa acabou em briga. De acordo com a autora, a longa epígrafe “diz muito além do que se conta (GONZALEZ, 2020, p.67)” e é uma maneira de Lélia indagar sobre o mito da democracia racial e como ele foi tão bem aceito e divulgado. O que ele oculta? Como foi construído? Como a mulher negra é situada nesse discurso?

A autora define: “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.” (2020, p.68). O racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra. A autora destaca:

O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. (GONZALEZ, 2020, p.68)

Lélia Gonzalez (2020) aponta a naturalização de papéis construídos historicamente para definir características das pessoas negras e justificar o racismo. Em relação à mulher negra, ela é naturalmente vista como cozinheira, faxineira, entre outros papéis subalternos da sociedade. É apontado o lugar da mulher negra no processo de formação cultural e os diferentes modos de rejeição/integração do papel dela. A autora apresenta as noções de consciência e memória para dar embasamento a discussão levantada. Para ela a consciência é um lugar de desconhecimento, alienação, esquecimento, é o discurso dominante e os efeitos que ele produz. Oculta a memória, impondo o que ela afirma ser verdade. Já a memória é um não saber que conhece e lugar de enxergar a verdade. Apesar da força da consciência, a memória tem astúcia e fala através das

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO”

“mancadas” do discurso da consciência. “Consciência exclui o que a memória inclui” (GONZALEZ, 2020, p.70).

Ainda assim, algumas noções que eram apontadas para as mulheres negras seguiam sendo persistentes e a partir desse incômodo, Lélia Gonzales (2020), traz as noções de mucama, doméstica e mãe preta para refletir e discutir em seu texto, tendo como suporte epistemológico a psicanálise a partir de Freud e Lacan. O mito da democracia racial é discutido a partir do Carnaval. Ela aponta que o mito é atualizado no carnaval com toda a sua força simbólica, nesse momento de festa, a mulher negra é vista diante da sociedade como uma rainha em que o corpo dela é colocado em evidência (GONZALEZ, 2020). De acordo com a autora: “Ali ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la.” (GONZALEZ, 2020, p.71)

A autora conclui que nunca saímos de um mito da democracia racial e esse mito acaba sendo reforçado, por exemplo, pelos estereótipos que ela apresenta em seu texto e dão base para a sua argumentação: mucama, doméstica e mãe preta. A doméstica do tempo atual como uma mucama da época da escravidão e a mãe preta que assume o papel de mãe de que a mulher branca declina. Dentre esses estereótipos, outros são apresentados e justificados pela lógica cruel da colonização.

Lélia Gonzalez nos ajuda a refletir sobre a diferença dos papéis de gênero direcionados para as mulheres brancas e para as mulheres negras, com raízes fincadas na formação do país. Todo o contexto da colonização influenciou não só na construção do país, como nas dinâmicas das relações e experiências. Nesse caso, aqui se discute as relações das mulheres brancas com mulheres negras no Movimento Bandeirante, e se pode refletir sobre como esse processo de formação do país, ainda em transformação no início da década de 1920, influenciou esse grupo.

Entre as décadas de 1920 e 1930, grupos de mulheres estavam envolvidos em conquistas importantes como o direito da mulher ao voto e ao trabalho. Porém, não havia uma linearidade nesses grupos e, tendo em vista as discordâncias e os pontos de vista diferentes, quais eram as mulheres que estavam lutando por essas conquistas? E quais eram as mulheres que já trabalhavam? Pensando o processo histórico do Brasil com destaque para a virada do século, são perceptíveis as mudanças ocorridas e as diferenças sociais que assolavam a sociedade, principalmente entre as mulheres. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles:

Na virada do século, o Brasil já apresentava face nova: A República se implantou, o trabalho se tornou assalariado e as cidades cresceram. A burguesia ia cada vez mais enriquecendo à custa do suor e da exploração dos trabalhadores, a nascente classe operária. (...) A abolição da escravatura não significou de forma alguma a libertação do povo negro. Pelo contrário, acentuou-se sua condição de marginalizado. (...) Nessa época, a mulher negra

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

teve um papel preponderante ao garantir sozinha a sobrevivência de sua família. (...) A mulher operária, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores. (TELES, 2007, p. 48)

Em pesquisa sobre como as mulheres bandeirantes se colocavam diante das causas femininas e questões sociais, não pude identificar relações delas com outros grupos de mulheres, além das relações que havia com as bandeirantes de outros países e estados. A análise dos volumes do impresso da década de 1940 permitiu a reflexão que será apresentada na próxima seção diante da questão: onde estavam as mulheres negras no Movimento Bandeirante?

Impresso Bandeirantes e as possíveis relações entre mulheres brancas e negras

Na presente seção deste artigo, destaco o impresso *Bandeirantes*, meio de comunicação do Movimento Bandeirante, como um meio de disseminação das ideias do bandeirantismo e questiono a partir das análises dos volumes da década de 1940 onde estavam as mulheres negras no movimento. Dessa forma, para corroborar a discussão teórica, é importante contextualizar o impresso como fonte de pesquisa e alguns aspectos importantes para serem refletidos.

De acordo com Tânia Regina de Luca (2008, p.111), “na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil.” Com o decorrer do tempo, esse cenário de pesquisa foi se modificando diante de debates e discussões sobre abordagens e problemas de pesquisa. Em relação ao impresso em formato de revista, este teve uma espécie de *boom* a partir dos anos 1900. As transformações sociais da virada do século XIX para o século XX aceleraram o modo de vida urbano e a imprensa, por ser um local de privilégio de informações e da difusão destas, tomou parte ativa nesse processo de aceleração (LUCA, 2008, p.137).

Em relação à materialidade do impresso, é algo a ser destacado como intencional tendo em vista o que Tânia Regina de Luca aponta:

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É obvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século xx não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos. (LUCA, 2008, p.131)

Na pesquisa sobre o impresso *Bandeirantes*, não obtive informações sobre a forma como os volumes eram rodados, nem sobre os custos envolvidos nesse processo, porém, o impresso era vendido e essa informação estava presente em todos os volumes que foram analisados para

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

este trabalho. As seções traziam textos extensos, fotos e ilustrações em preto e branco. O que fica evidente, com base nas fontes de pesquisa, é que o impresso tinha um fim específico que era agregar meninas, moças e mulheres no Movimento Bandeirante. Sendo assim, os conteúdos do impresso traziam as atividades, acampamentos, regras e tudo o que envolvia ser uma Bandeirante.

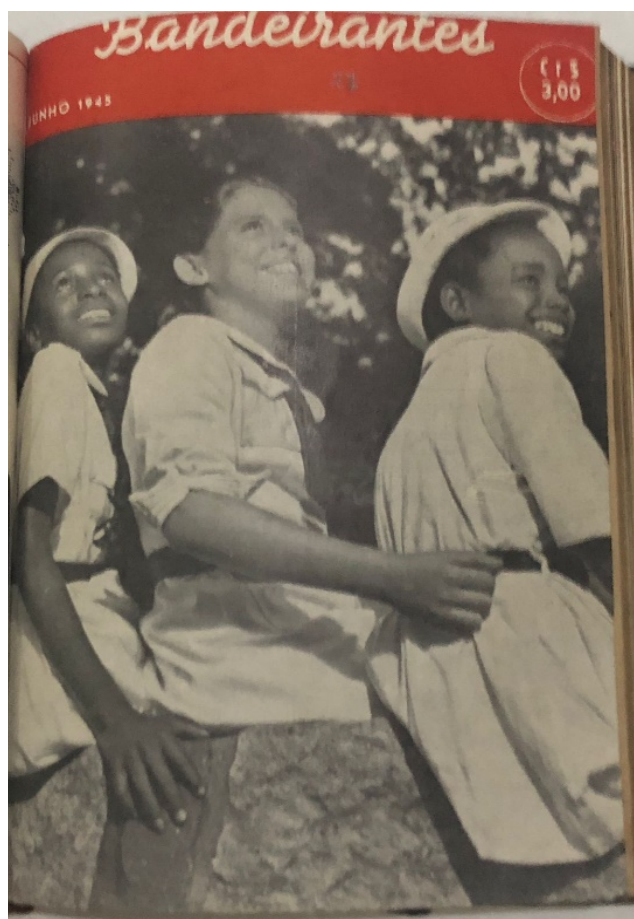
No ano de 1927, o impresso Bandeirantes foi lançado em formato de jornal e teve seu primeiro número. Em 1933, já era órgão oficial da Federação das Bandeirantes do Brasil e passou a circular em formato de revista (BANDEIRANTES, 1945). O impresso pode ser considerado um importante meio de comunicação para difundir os ideais do Movimento Bandeirante naquela época, além de divulgar ações das mulheres bandeirantes, e foi uma ferramenta de ampliação do movimento.

De acordo com o exemplar do mês de março do ano de 1945, a redação do impresso estava localizada na cidade do Rio de Janeiro, na Praça 15 de Novembro, região central da cidade. O valor avulso era de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros), a assinatura do Brasil era de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) e a estrangeira Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros). Além das informações de valores, continha três seções: agradecimentos, para ser bandeirante e o que fazem as bandeirantes - uma forma de apresentação do movimento antes dos leitores começarem a leitura das páginas seguintes.

Não foi possível obter informações sobre onde e como os exemplares eram vendidos. No início do impresso há apenas informações sobre valores avulso e por assinatura, e o endereço da redação e administração. O conteúdo do impresso era relacionado ao Movimento Bandeirante, como as bandeirantes vivenciavam experiências, as viagens e circulações por diferentes países e estados brasileiros, era um conteúdo de bandeirante para bandeirante, mas que também poderia atrair meninas interessadas a ingressarem no movimento.

A análise do impresso contribuiu para a investigação sobre onde estavam as mulheres negras no Movimento Bandeirante. Foi possível identificar a presença de meninas e mulheres negras em algumas seções do impresso. O exemplar do mês de junho de 1945 traz em sua capa duas meninas negras e uma menina branca. No sumário, o impresso informa que a foto se refere à visita que as bandeirantes do Distrito de Copacabana fizeram à Companhia do Cantagalo e antecipa a reportagem sobre essa visita que está na página 159 daquele exemplar (BANDEIRANTES, 1945).

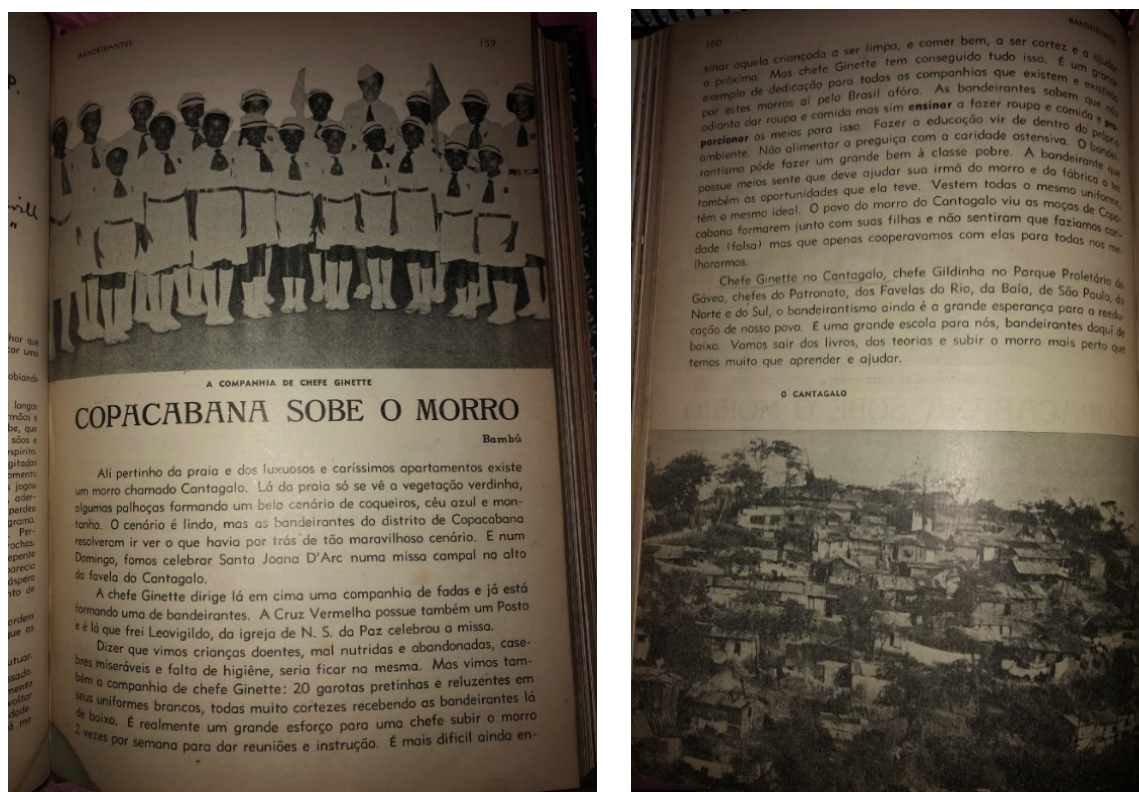
Figura 1 – Capa Bandeirantes: Junho/1945



Fonte: Acervo da autora, 2023

Detalhes sobre a visita à Companhia da Chefe Ginette são apresentados na reportagem com o título de “Copacabana sobe o morro.” A visita foi feita a partir de uma missa campal em celebração a Santa Joana D’arc. É apresentado o esforço que era para uma chefe ir ao morro e o quanto a chefe responsável por aquela companhia era um exemplo de dedicação por conseguir fazer essa visita duas vezes na semana. Além disso, há a crítica sobre as bandeirantes não alimentarem a “caridade ostensiva” para poderem fazer um grande bem para a classe pobre (BANDEIRANTES, 1945).

Figuras 2 e 3 – A Companhia da Chefe Ginette

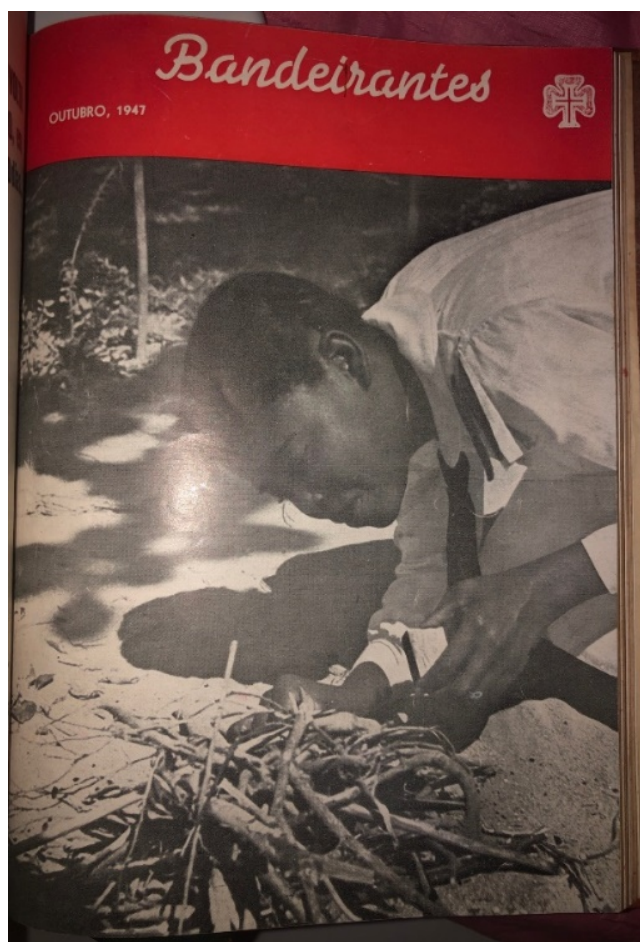


Fonte: Acervo da autora, 2023.

É importante destacar as frases problemáticas que podem ser observadas nas figuras 2 e 3. Há um caráter depreciativo em partes da reportagem, como a dificuldade para ir ao local que é o Morro do Cantagalo e a menção a ter algo mais difícil do que esse “grande esforço” de subir o morro: ensinar as crianças, chamadas de “20 garotas pretinhas reluzentes”, a serem limpas, comerem bem, serem corteses e ajudarem o próximo (BANDEIRANTES,1945, p.160). A relação identificada entre as mulheres bandeirantes e as meninas negras bandeirantes, diante da capa e da reportagem tem um caráter assistencialista, e é exposto o objetivo da caridade no trabalho da Companhia naquele local.

O exemplar do mês de outubro do ano de 1947, assim como os volumes desse mesmo ano, apresentam características diferentes na folha de rosto, em comparação ao de junho de 1945. A folha de rosto traz uma propaganda de passeio ao Corcovado (ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro), não há sumário na segunda página do impresso nem informações sobre a capa. Dessa forma, não foi possível identificar qual era o local em que a bandeirante da capa estava.

Figura 4 – Capa Bandeirantes: Outubro/1945



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Nessa capa, a bandeirante que a está estampando é uma mulher negra, que parece estar em uma atividade própria ao movimento, mexendo em uma fogueira. Dos impressos analisados da década de 1940, essa foi a única capa com uma mulher negra à frente. Diante da falta de informações sobre essa bandeirante e a atividade que ela praticava, não há como saber qual era a sua relação com o bandeirantismo, apenas que uma relação existia, já que ela participava de uma atividade do movimento. A evidência de que essa mulher fazia do Bandeirantismo é o uniforme que ela estava vestindo, além do espaço dado na capa do impresso.

Figura 5 – Não me negue esse serviço



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A seção da figura 5 é do impresso do mês de agosto do ano de 1946, com o título “Não me negue este serviço” traz diferentes formas das bandeirantes ajudarem a estas pessoas. Em uma delas, há o desenho de uma mulher negra como uma cozinheira e o texto é a fala dessa mulher. De acordo com o fragmento, ela diz “serei realmente cidadã brasileira quando me instruir” (BANDEIRANTES, 1946, p.127). É importante problematizar esse trecho porque ilustra a desigualdade social do Brasil, demonstrando que se a pessoa não soubesse ler e escrever, era como se ela não existisse como uma cidadã brasileira. E a representação de uma pessoa analfabeta, que cozinha e é empregada doméstica, é de uma mulher negra.

Esta seção, é direcionada para bandeirantes, sendo assim, é possível observar no trecho sobre a cozinheira dois tipos de relações entre as mulheres brancas bandeirantes e mulheres negras. A primeira, assim como na visita à Companhia do Morro do Cantagalo, tem um caráter de assistencialismo da bandeirante em relação a cozinheira. É sugerido que a bandeirante ajude na instrução daquela mulher para que ela seja uma cidadã brasileira. A segunda é a relação de serviço da mulher negra com mulheres brancas através dos serviços domésticos prestados.

A representação da mulher negra e as possíveis relações apresentadas nessa seção, a partir das imagens retiradas do impresso *Bandeirantes*, contribuem para as discussões teóricas aqui propostas em consonância com as proposições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Ambas destacam a importância de questionar e eliminar os papéis e estereótipos que são direcionados para as mulheres negras desde a formação do Brasil. Olhar para o passado problematizando questões é uma forma de não repetir os mesmos comportamentos e ações. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p.71), "Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra." É necessário o reconhecimento de que não há democracia racial, apesar de muitas transformações no decorrer dos anos, assim como de quais mulheres falamos quando refletimos e discutimos sobre mulheres no processo histórico.

Considerações Finais

De acordo com a discussão teórica proposta, mulheres brancas estavam em destaque por corresponderem ao contexto histórico da época, em que não era pensada a inserção e participação de mulheres negras em diferentes espaços da sociedade. Do ano que iniciou o Movimento Bandeirante, 1919 até o momento atual, mudanças aconteceram na sociedade através de lutas, com destaque para o Movimento Negro e Feminismo Negro. O *Nzinga Coletivo de Mulheres*, da década de 1980, que teve Lélia Gonzalez como primeira coordenadora, é um exemplo de luta e trabalho de mulheres negras (RATTS; RIOS, 2010).

Iniciei a reflexão sobre o que fortalecia o pouco destaque dado às mulheres negras no Movimento Bandeirante a partir do conceito de gênero e de como as relações sociais atribuídas ao gênero se diferenciam, principalmente entre mulheres brancas e mulheres negras. A partir de Sueli Carneiro (2019), propus a discussão sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, que está atrelada à construção de um falso imaginário social segundo o qual não há diferenças entre pessoas brancas e negras, desconsiderando opressões sofridas, principalmente por mulheres negras, já que o "ser mulher" está longe de ser o mesmo para todas as mulheres.

De maneira complementar ao que Sueli Carneiro (2019) aborda, apresentei a discussão de Lélia Gonzalez (2020) sobre o mito da democracia racial. Através do mito, houve uma naturalização e a ausência de uma crítica das relações de inferioridade das mulheres negras no tocante às mulheres brancas. Outro ponto importante são os estereótipos que a autora aborda: *mucama*, *doméstica* e *mãe preta*. Esses estereótipos foram socialmente construídos e direcionados para as mulheres negras sem que se problematizasse para quais mulheres eram direcionados tais papéis.

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

O impresso *Bandeirantes* foi um meio utilizado para identificar se houve relações entre as mulheres brancas bandeirantes e mulheres negras. Dessa forma, foi possível observar a tímida representação diante de poucos registros em que mulheres negras apareceram no impresso. Por outro lado, é possível identificar um caráter assistencialista próprio das mulheres e meninas bandeirantes, que era observado no código e no lema que seguiam e nos ideais de serviço e abnegação. Ficou em evidência esse caráter nas seções do impresso que foram apresentadas.

Assim sendo, o argumento defendido é o de que a característica do grupo ser composto de mulheres brancas e burguesas contribuía para que elas não priorizassem nem enxergassem a importância da inserção de mulheres e meninas negras no bandeirantismo, senão em sua ligação ao assistencialismo. É importante destacar que a pesquisa e a análise feita no presente artigo foi de caráter histórico para propor reflexões e problematizações a partir do contexto pesquisado, a fim de pensar quais as permanências e rupturas do passado em relação ao presente, para que não seja apenas um resgate do passado, mas uma interpretação para entendê-lo, distanciando-se do julgamento. (COSTA; SALVIANO, 2018)

Referências

- BANDEIRANTES. Rio de Janeiro: Federação das Bandeirantes do Brasil, mar. 1945. Mensal.
- BANDEIRANTES. Rio de Janeiro: Federação das Bandeirantes do Brasil, ago. 1946.
- BANDEIRANTES. Rio de Janeiro: Federação das Bandeirantes do Brasil, jun. 1947.
- BRASIL, Federação de Bandeirantes do. *Chama acesa: o livro do bandeirante*. Rio de Janeiro: Federação das Bandeirantes do Brasil, 2008. 404 p.
- BRASIL, Movimento Bandeirante. *Movimento Bandeirante Brasil*. Disponível em: <https://www.bandeirantes.org.br/>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 301-308.
- COSTA, Osnar da; SALVIANO, Leonardo. *A pesquisa em história da educação: uma revisão de literatura*. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão - Se, v. 9, n. 1, p. 92-106, jan. 2018
- FELLINI, Mariella. *O Movimento Bandeirante entre tensões e contradições: A reformulação institucional de 1968*. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, (1984) 2020, p. 75-93.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 302.
- MARINHO, Nilda. *O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para história da educação das mulheres*. *Acervo (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 131-146, 2005.

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; LABORTE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). Dicionário crítico do feminismo. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 342. Tradução de: Dictionnaire critique du féminismo.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia (org.). Lélia Gonzalez: retratos do brasil negro. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. (Retratos do Brasil Negro).

RODRIGUES, Lúcia Maria Santos. Movimento Bandeirante no Brasil uma luta social de gênero. Rio de Janeiro: Lúcia Maria Santos Rodrigues, 2016.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In Políticas do sexo. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do feminismo no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Alameda, 2017. 302 p.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? 1851. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 27 mar. 2023